

BOLETIM 698

Brasília, 6 de dezembro de 2018

FST reúne filiadas para discutir desafios do movimento sindical

Entidades integrantes do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST reuniram-se, nesta quarta-feira (5), com objetivo de elaborar agenda a ser apresentada ao novo governo eleito. Na pauta, discussões em torno de ideias e propostas que potencializem a retomada do crescimento econômico, da geração de empregos e da valorização do trabalho. A reunião ocorreu no auditório da sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura - CNTEEC, em Brasília-DF.

Conduzida pelo coordenador geral do FST e presidente da CNTEEC, Oswaldo Augusto de Barros, as discussões iniciaram-se debatendo a convecção de um documento conjunto das entidades com detalhes sobre as respectivas categorias representadas, o impacto econômico/social de suas atividades e suas proposições junto à Presidência da República.

“Nosso papel é promover o diálogo. A extinção do Ministério do Trabalho já apresenta um forte revés político no trato e na mediação de eventuais conflitos nas relações de trabalho. Apresentar alternativas e soluções é nosso papel institucional”, argumentou Oswaldo.

José Calixto Ramos, presidente da CNTI e da NCST, ponderou que ninguém pode separar do sindicalismo o seu protagonismo de classe. “É



necessário iniciarmos uma reengenharia do movimento sindical, sair da zona de conforto e frequentar as bases. O governo existente hoje, de uma tacada, atingiu dois objetivos: dismantelar a estrutura sindical e encerrar contratos de trabalho programados, ambos com impactos sociais e econômicos severamente nocivos a qualquer possibilidade de retomada do desenvolvimento”, alertou.

CONTRICOM – O presidente Altamiro Perdoná representou a Confederação no encontro do FST, ocasião em que colocou sua preocupação com a questão do desemprego que afeta os trabalhadores, em particular, os da construção civil, as dificuldades das atuais negociações coletivas apresentadas pelo segmento patronal e o desafio de construir alternativas para sustentar as organizações laborais. Altamiro também fez uma dura crítica à proposta de extinção do Ministério do Trabalho.

A reunião prosseguiu com apresentação de alternativas ao custeio da estrutura e das atividades sindicais do FST. As entidades integrantes apresentaram suas respectivas parcelas de colaboração; sejam financeiras, respeitando limites orçamentários que cada entidade enfrenta, sobretudo após o fim da contribuição sindical, sejam com colaborações relevantes à agenda de trabalhos a serem executados pelo FST e demais filiadas.

Fonte: NCST/Comunicação CONTRICOM



Procuradores e juízes: fim do MTE é inconstitucional

A decisão de Bolsonaro de extinguir o Ministério do Trabalho, fatiando as atribuições da pasta entre os ministérios da Economia, Justiça e Cidadania é inconstitucional, segundo integrantes do Judiciário e do Ministério Público.

O presidente da Anamatra (associação dos juízes trabalhistas), Guilherme Feliciano (*foto*), afirma que, “o trabalho é um valor constitucional. Quando ele perde o status de ministério, sinaliza que esse fundamento foi desvalorizado”.

Além do mais, diz ele, “há uma perda simbólica, são 88 anos do Ministério do Trabalho que se perdem, e, nesse particular, perde-se um valor constitucional, que está enunciado no artigo 1º da Constituição como valor da República, que já deixa efetivamente ter o status de ministério”. Ele também pontua que as ações de fiscalização do trabalho, o combate ao trabalho infantil e escravo e o combate às fraudes trabalhistas, “perdem força e articulação à medida que são desmembradas”.

Segundo o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, os casos de corrupção envolvendo a concessão de registros sindicais não

é motivo, por si só, para acabar com a pasta e transferir sua fiscalização para a Justiça.

Ele afirma que: “Se é um ministério que existe há mais de oitenta anos, não é à toa. Se nenhum governo, nem militar, extinguiu, é porque tem um propósito. Se tem corrupção, não é da instituição, é das pessoas que compõem a instituição. O que se faz nesses casos? Apura-se, pune-se e afasta-se os envolvidos.”

O presidente da Anamatra e o procurador-geral do Trabalho citam o recente parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que afirma ser o fim da pasta inconstitucional.

De acordo com o parecer, o “desmembramento e dissolução das atribuições do Ministério do Trabalho em outras partes teriam o condão de repercutir negativamente na eficiência da promoção de políticas públicas de trabalho e emprego do país, em contrariedade ao artigo 37, caput, da Constituição”: “De igual forma, eventual desmembramento do Ministério do Trabalho atenta contra o artigo 10 da Constituição, que estabelece a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação”.

Para Maria Aparecida Pellegrina, ex-presidente do TRT da 2ª Região, em São Paulo, o Ministério do Trabalho teve um importante papel no fortalecimento da democracia no Brasil. “A Constituição de 1988 vedou a interferência e intervenção do governo na organização sindical. Isso foi um passo muito importante para tornar efetivo o regime democrático. Extinguiu a competência para cassar dirigentes e intervir em sindicatos.”

Fonte: Portal HP



Movimento sindical bate duro no fim do Ministério do Trabalho e Emprego

O anunciado ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, reafirmou segunda (3) que o governo Bolsonaro vai extinguir o Ministério do Trabalho e Emprego e reparti-lo entre as Pastas de Economia, Justiça e Cidadania.

A reação sindical é geral. "O Ministério do Trabalho e Emprego é o único órgão do Estado mais próximo do trabalhador. Sua extinção significa a perda de liberdade para o movimento sindical e os trabalhadores", critica o presidente da Nova Central, José Calixto Ramos.

A Federação dos Professores do Estado de São Paulo divulgou nota, denunciando o ataque. Para a Fepesp, liderada por Celso Napolitano, que preside o Diap, "a se confirmar a partilha do Ministério, o Brasil chegará ao fim de um ciclo iniciado com a revolução getulista de 1930, em que as relações de trabalho deixavam de ser caso de polícia pra se tornar central à cidadania".

O presidente da CTB, Adilson Araújo, alerta que o fim do ministério "significará a descriminalização e institucionalização do trabalho análogo à escravidão e o fim das listas sujas de empresas que submetem empregados a condições degradantes". Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, estaremos diante de "um governo para os interesses dos ricos, bancos, agronegócio e grande indústria".

Nota dura - No meio da tarde desta quarta (5), as Centrais Sindicais publicaram nota dura contra o fim do Ministério. Título: "Presidente eleito defende patrões e extingue Ministério do Trabalho".

Fonte: Agência Sindical

Bolsonaro afirma que pretende votar a reforma da Previdência o mais rápido

Durante entrevista no Quartel General do Exército, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, afirmou que irá votar a reforma da Previdência o mais rápido possível e dentro dos primeiros seis meses de mandato. "Se fosse possível, aprovaria em 1º de fevereiro, mas temos que respeitar o calendário", ao falar dos prazos do Congresso Nacional.

Para Bolsonaro, a prioridade da reforma é a idade mínima. "Vamos começar com essa ideia, podemos mudar até lá", afirmou. Questionado se planeja articular a reforma ou as privatizações, ele disse que "a ordem dos fatores não altera o produto".

O presidente não respondeu diretamente perguntas sobre tributação e disse que o tema deve ser direcionado a Paulo Guedes (futuro ministro da Economia), "nosso posto Ipiranga", disse.

Em documento divulgado nesta quarta-feira, 5, o Ministério da Fazenda afirmou que sem mudanças nas regras de aposentadoria e pensão no País, "não há qualquer possibilidade de equilíbrio fiscal de longo prazo".

Reforma fatiada - Bolsonaro afirmou ontem que a reforma da Previdência pode ser encaminhada ao Congresso de forma "fatiada". Ele sinalizou que o foco inicial deve ser o estabelecimento de idade mínima para aposentadoria, respeitando uma diferença de tempo entre homens e mulheres.

Ele antecipou que está "bastante forte" na equipe de transição a "tendência" para começar o encaminhamento da reforma pela idade mínima. Questionado se seria mais fácil aprovar a matéria desta forma, ele respondeu que é "menos difícil".

Fonte: Estadão



Reforma trabalhista: 37,3 mi sem carteira assinada ganham metade do salário

Ricardo Kotscho

Bom mesmo, para o presidente eleito, é ser trabalhador sem carteira assinada, sem direitos, ganhando a metade dos empregados formais.

Para ele, que votou a favor da “reforma trabalhista” de Michel Temer, ainda foi pouco o que fizeram. Tem que arrochar mais os trabalhadores para deixar os patrões mais satisfeitos.

Temer prometeu que a sua reforma iria gerar novos empregos, mas aconteceu exatamente o contrário.

O que cresceu foi a informalidade, não o emprego, como mostram os novos dados do IBGE divulgados nesta quarta-feira.

Em 2017, já eram 37,3 milhões os brasileiros trabalhando sem carteira assinada, 1,7 milhões a mais do que em 2016, o ano do golpe.

É a multidão que se vê vendendo churrasquinho e cachorro quente nas esquinas, os peões de obra sem direitos trabalhistas, os camelôs tomando conta das calçadas, as empregadas domésticas que viraram diaristas, os bóias-frias na agricultura.

O total de trabalhadores informais no ano passado já atingia 40,8% de toda a população ocupada que exerce algum tipo de atividade remunerada.

Entre a população de negros e pardos, o índice dos “sem-carteira” é ainda maior, chega a quase metade (46,9%).

Na agropecuária, o carro-chefe da economia nacional, a informalidade chega a 66,8% entre os homens e 75,5% das mulheres.

Carteira de trabalho, que agora querem pintar de verde-amarelo, virou coisa do passado.

Para os patrões, não tem coisa melhor: os “sem-carteira” recebem, em média, 48,5% do que é pago aos com carteira assinada.

Se estão achando que ainda é pouco para arrochar o salário dos trabalhadores, fica só faltando revogar a Lei Áurea.

Não falta muito.

Com a extinção do Ministério do Trabalho, fatiado em secretarias sob o comando de Sergio Moro e do Posto Ipiranga, e da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), se depender da poderosa bancada do agronegócio, onde a informalidade é maior, vai acabar a fiscalização do trabalho escravo.

Quem achar ruim vai ser chamado de “vermelho”, inimigo da pátria, pessimista que torce contra.

Para quem sempre viveu no bem-bom do serviço público, como militar ou deputado, sem precisar bater ponto, o importante é melhorar a vida dos patrões que apoiaram e bancaram suas campanhas.

A nova ordem não está para brincadeiras. E agora não tem mais essa história de pedir impeachment, batendo panelas e cercando patos amarelos.

Derrubar Dilma foi brinquedo de criança, com um simples peteleco.

Quero ver agora derrubar os generais perfilados em torno do capitão presidente no Palácio do Planalto.

Vida que segue.

Fonte: Brasil247

INSS é a próxima vítima: passará para a alçada de Paulo Guedes

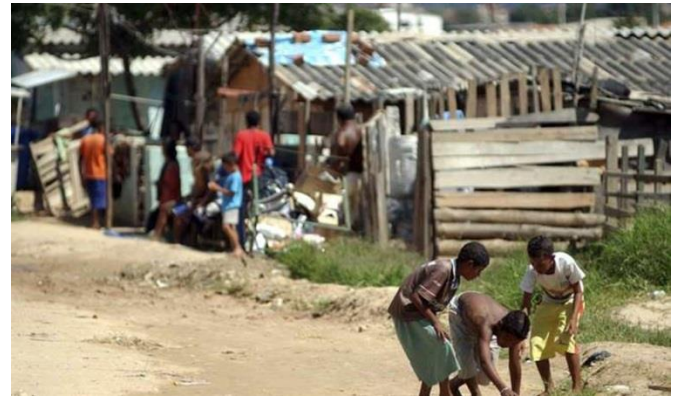
A equipe de transição de Jair Bolsonaro parece querer implodir o sistema de governança brasileiro com remanejamentos sem fim de órgãos, secretarias e pastas. A próxima vítima neste momento é o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A autarquia deve passar para o superministério da Economia, que poderá ser assumido pelo investigado Paulo Guedes. Guedes é investigado por supostamente fraudar fundos de pensão.

A reportagem do jornal Folha de S. Paulo informa que "o Instituto Nacional do Seguro Social é responsável por avaliar e conceder pedidos não só de aposentadoria, mas de outros benefícios previdenciários, como auxílio-doença e pensão por morte. Hoje é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social. Também cabe ao órgão a concessão do benefício assistencial pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda, o BPC (Benefício de Prestação Continuada)."

Com a vinculação do INSS ao Ministério da Economia, segundo a matéria, "Guedes terá o domínio da área de Previdência desde a elaboração de políticas —como a proposta de reforma— até a gestão da área, com o atendimento ao público."

O INSS paga mais de R\$ 40 bilhões por mês a quase 35 milhões de beneficiários.

Fonte: Brasil247



2 milhões de pessoas entram na miséria em 1 ano

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo IBGE, na quarta (5), revelou que aumentou o número de pessoas em situação de pobreza, passando de 52,8 milhões em 2016 para 54,8 milhões em 2017, um crescimento de cerca de 4% (quase 2 milhões de pessoas), o que significa 26,5% da população (em 2016, eram 25,7%).

No período, o número de pessoas em condição de pobreza extrema saltou de 13,5 milhões para 15,3 milhões, o que representa 7,4% da população. O IBGE utiliza os critérios do Banco Mundial. A pessoa é considerada em condição de extrema pobreza quando dispõe menos de US\$ 1,90 por dia, cerca de R\$ 140 mensais. A linha de pobreza é o rendimento menor que US\$ 5,5 diários, o equivalente a R\$ 406 por mês.

O rendimento médio mensal domiciliar per capita em todo o país foi de R\$ 1.511. A pesquisa do IBGE detectou que no ano passado havia 26,9 milhões de pessoas vivendo com menos de ¼ do salário mínimo, o que equivale a R\$ 234,25, um aumento de mais de 1 milhão de pessoas na comparação com o ano anterior (25,9 milhões).

Fonte: Portal HP



Desocupação no Brasil subiu para 12,5% entre 2015 e 2017

A taxa de desocupação no Brasil, que era de 6,9%, subiu para 12,5% entre 2014 e 2017, o que significa 6,2 milhões de pessoas desocupadas a mais no período, com crescimento em todas as regiões e em todos os grupos etários. O trabalho informal chegou a 37,3 milhões de pessoas, o mesmo que 40,8% da população ocupada, ou dois em cada cinco trabalhadores. Segundo o IBGE, o contingente cresceu 1,2 milhão desde 2014, quando representava 39,1% da população ocupada.

Os dados fazem parte da Síntese dos Indicadores Sociais 2018, divulgada nesta quarta (5) pelo IBGE, que classifica o estudo como “um conjunto de informações sobre a realidade social do país”. O trabalho tem como principal fonte de dados para a construção dos indicadores a PNAD Contínua, de 2012 a 2017.

A maior participação em trabalhos informais, em 2017, era de pretos ou pardos (46,9%), ante a de brancos (33,7%), que ganhavam, em média, R\$ 2.615, ou seja, 72,5% a mais que os pretos ou pardos, que tinham vencimentos de R\$ 1.516. A diferença ocorre também no gênero. Os homens recebiam R\$ 2.261, equivalentes a 29,7% a mais que as mulheres, que tinham salários de R\$ 1.743.

A proporcionalidade de brancos (45,8%) e a de pretos e pardos (53,2%), na visão do IBGE, “constitui também uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho”.

Carteira assinada - De acordo com o IBGE, no mesmo ano, a razão entre o topo da distribuição dos rendimentos e a base mostrou que os 10% com maiores rendimentos recebiam 12,4 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos. Entre os empregados sem carteira assinada, os da agropecuária tinham a desigualdade mais acentuada. Recebiam, em média, 47,1% do que ganhavam aqueles com o documento assinado. Era também desigual na indústria e na construção civil. Nessas atividades, os trabalhadores recebiam pouco mais da metade do que os de carteira assinada.

Falta de horas - Entre 2014 e 2017, houve elevação de 28,9% na população subocupada por insuficiência de horas. No período, subiu de 5 milhões de pessoas em 2014, para 6,5 milhões em 2017. No ano passado, as mulheres que representavam 43,4% da população ocupada chegaram a 53,6% da população subocupada por insuficiência de horas. As pessoas pretas ou pardas eram 53,2% dos ocupados, mas aumentavam e chegavam a 65,4% dos subocupados.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS